

RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA
INFORMAÇÕES GERAIS
<p>Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.</p> <p>Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.</p> <p>Comunidade: Povos Indígenas em Contexto Urbano das Etnias: Pankararu, Atikum, Apurinã e Tuxá.</p> <p>Local: Auditório da OAB, Gurupi - Tocantins.</p> <p>Data: 09 e 10 de maio de 2025.</p> <p>Duração: 2 dias.</p>
EQUIPE ENVOLVIDA
<p>Moderador(a): Benito Drummond, Sikupti Xerente e Tiago Costa Rodrigues</p> <p>Relator(a): Millena Silva Cruz Kanela e Alana Cristina Moreira de Santana.</p> <p>Facilitador(a) Gráfico: Paulo Henrique V. de Carvalho</p> <p>Tradutor(a) para Línguas Indígenas: (não aplicável.)</p> <p>Técnico(a) em Comunicação: Ana Paula Nunes da Costa</p> <p>Recreador(a): Sávio Danrlley de Souza</p> <p>Articulador(a) Comunitário(a): Genildo Barros da Silva Pankararu (Cacique Pankararu)</p> <p>Representante do Poder Público: Fábio Henrique (ponto focal do estado/SEMARH), Fábia (SEMARH)</p> <p>Outros participantes com papel relevante: Rose Sena (consultora Tocar)</p>
DIA 01: SEXTA-FEIRA, 09 DE MAIO DE 2025
PARTICIPANTES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Francisca Dilma (assessora da vereadora / Gurupi – TO) 2. Leda Perini (vereadora / Gurupi – TO) 3. Tiago Souza (assessor da vereadora / Gurupi - TO) 4. Rosa Maria da Silva Tuxá (Tuxá/ Taimã) 5. Viviane Wereaki Silva (Tuxá e Javaé/ Taimã) 6. Kawã Tehukari Javaé (Javaé/ Txuiri) 7. Dione Welurari Borges (Taimã) 8. João Evangelista Tuxá (Tuxá/ Canuanã) 9. Adriane de Menezes Silva (Canuanã) 10. Iracema Neci da Silva Tuxá (Tuxá/ Canuanã) 11. Edvan Silva de Oliveira (Canuanã) 12. Edinalva Necy da Silva Oliveira (Canuanã) 13. Lawaxiru Javaé (Javaé/ Canuanã)

14. Wellington Alves Barros (Canuanã)
15. Eugenia N.S Costa (Canuanã)
16. Taynara da Silva Costa (Tuxá/ Boa esperança)
17. Márcio Adriano da Silva (Canuanã)
18. Quezia Silva de Oliveira (Canuanã)
19. Valdevan Barros de Oliveira (Canuanã)
20. Alan da Silva Costa Javaé (Javaé/ Canuanã)
21. Elvio Pankararu (Pankararu)
22. Rubernaldo Belfort Barros
23. Kukuiru Javaé (Javaé/ Canuanã)
24. Paulo Henrique O. de Carvalho (Equipe - Fac. Gráfico/ Palmas)
25. Sikupti Xerente (Equipe – Moderadora/ Palmas)
26. Ana Paula N. da Costa (Equipe – Téc. Comunicação / Palmas)
27. Sávio Danrlley S. de Souza (Equipe – Recreador / Palmas)
28. Tiago Costa Rodrigues (Equipe – Moderador / Palmas)
29. Neuryson Santana Nascimento
30. Denis Kissner (Equipe/ Palmas)
31. Benito Drummond (Plantuc/ Belo Horizonte)
32. Amancio Tuxá (Cacique Tuxá)
33. Kauany Xiwarakis C. Javae (Canuanã)
34. Lorryne P. da Sena Silva (Atikun)
35. Itauanny Sousa R. Pankararu (Pankararu)
36. Ana Carolina Gomes Santana
37. Ana Paula M. O. S. Tuxá
38. Maria Raimunda F. Apurinã
39. Lessandro Lima Carvalho
40. Beatriz Ramos de Souza
41. Maiara Ferreira Brito
42. Francisco Medeiros da Silva
43. Wanderlan Ferreira
44. Antonio Marcos Karajá (Karajá)
45. Arisclenia Iutkwyjs S. F. Krahó (Krahó)
46. Marcos Santos Twachuara Karajá
47. Paulo Cesar Santos de Assis
48. Robson Araújo
49. Caio Barros Pankararu (Pankararu)
50. Ingridy E. Santos Belfort Pankararu (Pankararu)
51. João Manoel Pankararu (Pankararu)
52. Raysa B. Silva Pankararu (Pankararu)
53. Luciano Aguiar Mesquita Pankararu (Pankararu)
54. Hwony da Silva Barros Pankararu (Pankararu)
55. Eliane de Souza A. Pankararu (Pankararu)

Abertura

A oficina foi aberta pela Rose (consultora Tocar) dando as boas-vindas e informando sobre as comunidades que ainda não estavam presentes (Atikum, Apurinã e Pankararu). Benito (Plantuc) deu os informes sobre o espaço, localizando os banheiros, água e fornecendo informações sobre a alimentação.

Tiago (moderador) se apresentou e mencionou que ouviu dizer que o povo Tuxá havia preparado uma apresentação cultural.

Antes da apresentação, Amancio (Cacique Tuxá) contextualizou que a

comunidade deles é composta por diversos povos: Tuxá, Javaé, Karajá, caracterizando uma mistura cultural.

Os participantes Tupi Tuxá, Amancio Tuxá, Rosa Maria Tuxá, Márcio Tuxá, Iracema

Tuxá e Eugenia Tuxá apresentaram três cantos tradicionais dos seus povos, realizando uma importante demonstração cultural para abrir os trabalhos.

Iracema (Participante Tuxá) compartilhou sua história, relatando que vieram da Bahia ainda crianças para o estado do Tocantins e tentaram se juntar com outros povos, mas sofreram preconceito e xenofobia. Apesar disso, continuam fortalecendo sua cultura e destacou que esta é a primeira vez que são lembrados e incluídos nos programas do estado. Ela enfatizou que "o povo Tuxá existe na Bahia e existe no Tocantins" e ressaltou a importância de não deixar que suas raízes se percam.

Rose (consultora Tocar) convidou os recreadores a se apresentarem: Taynara (Participante Tuxá), Sávio (Equipe/Recreador) e Viviane (Participante Tuxá Javaé). Os recreadores convidaram as crianças a acompanhá-los até o local designado para atividades recreativas.

Fábio (Ponto focal do Estado) se apresentou, destacando que estavam juntos para construir o programa com todos os presentes, afirmindo que faz parte dessa política pública a inclusão e que o JREDD+ deve fazer diferença para os povos envolvidos.

Na sequência, Rose (consultora Tocar) apresentou a equipe e convidou os moderadores a se apresentarem: Benito (Plantuc) agradeceu a hospitalidade e mencionou que era sua primeira vez no estado do Tocantins, expressando entusiasmo pelos dias de trabalho na oficina.

Tiago (moderador) se apresentou como moderador, ressaltando ser nativo do Tocantins, da região do Bico do Papagaio, e informou que trabalha com comunidades indígenas há 15 anos, colocando-se à disposição dos participantes.

Sikupti Xerente (moderadora) se apresentou como moderadora explicando que sua função era auxiliar nos trabalhos da oficina.

Em seguida, Benito (Plantuc) convidou cada participante a se apresentar. Durante as apresentações, foram compartilhadas histórias pessoais significativas:

Amancio (Cacique Tuxá) contou que seu pai se casou com uma mulher Javaé e que residem em Canuanã (Ilha do Bananal – TO) desde então, mas não se sentem totalmente em casa e desejam ter seu próprio território.

Iracema (Participante Tuxá) relatou que vieram da Bahia em 1977, chegando como crianças para a Ilha do Bananal, aldeia Canuanã. Mencionou ser formada em serviço social, mas nunca exerceu a profissão, expressando frustração por isso. Compartilhou que seu pai faleceu em setembro do ano anterior e que isso fragilizou mais a relação deles com os Javaés e manifestou alegria em participar da oficina, agradecendo a oportunidade.

Eugênia (Participante Tuxá) explicou que saíram do território na Bahia devido à construção de uma barragem que os expulsou, sem receberem qualquer indenização. Mencionou também o preconceito que sofrem dos Javaés por não estarem em seu território original.

Iracema (Participante Tuxá) complementou que, apesar de todas as dificuldades, eles estão presentes como povo, unidos para lutar. Enfatizou a necessidade de terem seu próprio território para viverem em paz, produzirem e cultivarem.

Apresentação da programação da oficina.

Benito (Plantuc) agradeceu as falas e apresentou os objetivos da oficina para os próximos dias:

- Ampliar os conhecimentos sobre a importância da floresta e sua relação com as mudanças climáticas
- Compreender o JREDD+ como política pública
- Construir ações com o programa
- Escolher representantes para a Audiência Pública
- Entender a importância do PIPCTAF e as Salvaguardas como garantia de direitos
- Discutir a repartição de benefícios
- Identificar ações importantes para o subprograma PIQPCTAF
- Compreender a governança do JREDD+

Ele ressaltou os combinados das oficinas para o bom andamento dos trabalhos:

- Celulares no silencioso
- Escuta atenta e empática
- Uso solidário da palavra
- Co-Responsabilidade no cumprimento dos horários
- Foco nos objetivos da oficina
- Contribuição para um ambiente colaborativo e produtivo

Também apresentou a "sementeira de ideias", um espaço destinado para sugestões relacionadas ao território.

Rose (consultora Tocar) se comprometeu a reorganizar o espaço em formato de semicírculo para proporcionar uma comunicação mais horizontal, facilitando a participação de todos. Tiago enfatizou que a sementeira de ideias era um espaço destinado às sugestões dos participantes, esclarecendo que o JREDD+ não resolveria todos os problemas, mas que as sugestões e necessidades dos territórios poderiam ser registradas.

Desafios na Região - Discussão Inicial e Dúvidas

Amancio (Cacique Tuxá) questionou: "Nós Tuxá residimos em terras que não são nossas, como fica essa questão?"

Rose (consultora Tocar) respondeu explicando como povos que não possuem territórios homologados pelo Estado brasileiro poderiam participar do programa JREDD+. Ela usou como exemplo serviços públicos como postos de saúde, programas sociais (bolsa família, aposentadoria), demonstrando que mesmo sem território demarcado, as pessoas utilizam esses serviços porque são políticas públicas. Ela complementou que o JREDD+ é para todos e que os Povos Indígenas em Contexto Urbano fazem parte do JREDD+. A questão fundamental, segundo ela, seria: "como o programa JREDD+ pode colaborar com esses territórios não homologados?"

Rose (consultora Tocar) explicou a sigla PIPCTAF: Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares. Em seguida, Rose questionou o que os participantes já sabiam sobre o JREDD+ e, para iniciar a

discussão, pediu que formassem duplas.

Tiago(moderador) distribuiu folhas para que escrevessem o que já tinham ouvido falar sobre o programa.

Os participantes compartilharam suas percepções:

Adriane (Participante Tuxá) disse nunca ter ouvido falar do JREDD+ antes, mas estava gostando do que estava conhecendo até o momento.

Iracema (Participante Tuxá) informou que soube do programa em 2022, quando participou de uma oficina em Gurupi. Sua motivação para participar era entender se

seria possível conseguir território através do programa, além do possível reflorestamento. Para ela, o JREDD+ demonstra preocupação e oferece financiamento para manter o movimento de comunidades voltado à conservação do meio ambiente.

Rosa Maria (Participante Tuxá) relatou que nunca havia participado de atividades do programa e que esta era sua primeira oportunidade de aprender e entender seu funcionamento, reconhecendo sua importância para o meio ambiente.

O JREDD+ como Política Pública

Rose (consultora Tocar) começou a explicar o significado do JREDD+ através de sua sigla: Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação, acrescentando que o "+" representa o manejo florestal sustentável e o aumento dos estoques de carbono florestal.

Tiago (Equipe/Moderador) mencionou que os participantes teriam um desafio para o dia seguinte: ajudar a transmitir o conteúdo aprendido para os povos indígenas que chegariam no segundo dia.

Os participantes foram liberados para o lanche às 16 h e 05 min, com a equipe agradecendo a presença e combinando o encontro para o dia seguinte às 8h no mesmo local.

DIA 2: SÁBADO, 10 DE MAIO DE 2025

PARTICIPANTES

1. Mauricio Tuxá (Canuanã)
2. Taynara Tuxá (Boa Esperança)
3. João Evangelista da Silva (Aldeia Canuanã)
4. Eugênia da Silva Costa (Aldeia Boa Esperança)
5. Iracema N. Silva Tuxá (Aldeia Canoanã)
6. Rosa Maria Silva Tuxá (Taimã)
7. Lawaxiru Javaé (Aldeia Canuanã)
8. Quezia Silva de Oliveira (Aldeia Canuanã)
9. Kavany Xiwaraki Javaé (Aldeia Canoanã)
10. Viviane Javaé (Aldeia Taimã)
11. Marcio Adriano da Silva (Aldeia Canoanã)
12. Neryson Santana Nascimento (Gurupi)
13. Maria Rita de Sousa (Gurupi)
14. Andreia G. de Sousa (Gurupi)
15. Adriane de Menezes Silva (Aldeia Canoanã)
16. Marcio Cleiton Pereira da Silva (Aldeia Alto dos Atikum)
17. Lorryne P. da Sena Silva (Aldeia Alto dos Atikum)

18. Itawanny Sousa Pankararu (Gurupi)
19. Ana Carolina Gomes Santos (Gurupi)
20. Daniel Ramos de Souza (Gurupi)
21. Ana Paula M. O. A. J. Tuxá (Gurupi)
22. Maria Raimunda F. Apuriná (Gurupi)
23. Lessandro Lima Carvalho (Gurupi)
24. Beatriz Ramos de Souza (Gurupi)
25. Maiara Ferreira Brito (Gurupi)
26. Francisco Medeiros da Silva (Gurupi)
27. Wanderlan Ferreira (Gurupi)
28. Antonio Karajá (Aldeia Manoel Achuehe)
29. ILEGÍVEL
30. Ehrio Pankaru (Palmas)
31. Rubervaldo Belforte Barros (Palmas)
32. Arisclenia Krahô (Aldeia Takaywrá)
33. Marcelo Karajá (Aldeia Manoel Achuehe)
34. Paulo Cesar Santos de Assis (Gurupi)
35. Robson Araújo (Gurupi)
36. Caio Júlio Barros Pankararu (Figueirópolis)
37. Ingridy Santos Belfort (Figueirópolis)
38. João Manoel Pankararu (Figueirópolis)
39. ILEGÍVEL (Goiânia)
40. ILEGÍVEL (Goiânia)
41. Hivony Barros Pankararu (Gurupi)
42. Eliane de Souza A. Pankararu (Gurupi)

Abertura – 09h

A oficina do segundo dia teve início às 09 horas, com os participantes assinando a lista de presença.

Rose (consultora Tocar) deu as boas-vindas em nome do Estado do Tocantins e abriu a oficina mencionando todas as comunidades presentes: Atikum, Tuxá, Javaé, Apurinã e Pankararu. Convidou Sávio (recreador) para se apresentar aos pais e solicitar autorização para cuidar das crianças durante a oficina, com aprovação dos responsáveis.

Fábio (Ponto Focal/Estado) deu as boas-vindas, enfatizando que o dia seria dedicado a escutar os povos presentes e suas dúvidas.

Rose (consultora Tocar) convidou as lideranças para se apresentarem.

Márcio Cleiton (Cacique Atikum) representante do povo no município de Gurupi, expressou que era uma honra estar presente e que veio conhecer as propostas do JREDD+, além de falar sobre as necessidades de seu povo, que não possui reserva demarcada.

Maria Raimunda (Participante Apurinã) mencionou que não tem reserva e está junto com os Pankararu, esperando que através do JREDD+ possa obter melhorias.

Arisclenia (Participante Krahô) manifestou sua honra em participar e também mencionou a questão da falta de território.

Amancio Tuxá (Cacique Tuxá) representou seu povo, expressando satisfação em estar presente e afirmando que o JREDD+ é um programa que traz mais

conhecimento, e que estava ali para ouvir e aprender.

Iracema (Participante Tuxá) comentou que no dia anterior dançaram o toré, uma manifestação cultural importante. Expressou gratidão por estar presente e, embora já possuísse conhecimentos próprios, reconheceu que o JREDD+ contribui para um entendimento mais profundo das questões de preservação.

Genildo (Cacique Pankararu) relatou sua participação nas discussões prévias do JREDD+ Jurisdicional e enfatizou que a necessidade maior do povo indígena é a terra, afirmando que "sem terra não se faz nada". Expressou o desejo de ter um território para cultivar suas tradições e cultura, declarando que o momento era propício para aprender e se incluir no processo.

Elvio (Participante Pankararu) mencionou que estava representando seus ancestrais e ressaltou a importância desse espaço de encontro com caciques e jovens. Agradeceu a oportunidade, informando que mora em Palmas, e destacou a relevância de discutir o contexto urbano e defender os indígenas da cidade. Reforçou que sem terra não há preservação da cultura e se dispôs a contribuir com o processo.

Marquinhos Karajá (Xambioá/Presidente da ARPIT - Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins), informou que a organização foi criada em 2014 e que representa os povos indígenas em nível estadual. Mencionou que haveria eleição para presidente naquele ano e que um dos investimentos da articulação é organizar as associações indígenas. Destacou que as oficinas fazem parte de um processo de consulta livre, prévia e informada.

Daniel (Participante Atikum) citou uma frase atribuída a Sônia Guajajara: "Os grandes produtores do país olham para a terra e dizem que ela é produtiva, e nós olhamos para ela e dizemos que é nossa vida, pois faz parte da essência de quem somos."

Rose (consultora Tocar) fez um agradecimento especial a Genildo (Cacique Pankararu), reconhecendo sua participação na equipe do JREDD+ e seu esforço em reunir a comunidade para participar da oficina.

Benito (Plantuc) se apresentou abordando sobre as empresas que fazem parte do consórcio e o papel de cada uma delas além de apresentar a equipe ali presente e destacou os temas que seriam abordados durante a oficina principalmente o fluxo lógico onde apresentou cada tema que seria compartilhado durante o dia bem como trabalho e coletado informações e contribuições junto aos participantes.

Fábia (Jornalista/Estado) expressou alegria em estar presente e explicou que seu papel era registrar histórias e memórias dos povos presentes. Convidou os participantes a acompanharem o site do JREDD+ para interagirem e entenderem o processo de implementação.

Rose (consultora Tocar) reforçou que tudo estava sendo gravado e filmado exclusivamente para o programa JREDD+ e consultou a comunidade sobre sua preferência quanto à programação para o dia seguinte, Dia das Mães.

Tiago (Equipe/Moderador) retomou os combinados da oficina e lembrou sobre a sementeira de ideias e o processo de avaliação da atividade.

Reabertura da oficina – 10h25

Desafios na Região

Rose (consultora Tocar) conduziu a votação para definir o melhor formato de horários: concluir todos os conteúdos no mesmo dia, estendendo até 21h, ou encerrar às 19h e continuar no domingo até meio-dia. Decidiu-se por permanecer até onde fosse possível no sábado e, caso necessário, finalizar na manhã de domingo. Esta discussão se deu pelo fato do dia seguinte, Dia das Mães, grande parte das pessoas poderia esvair e deixar a oficina com quórum pequeno e, diante disso, Rose optou por abrir uma votação para ajustar, caso fosse necessário, os horários.

Rose (consultora Tocar) prosseguiu explicando as siglas do JREDD+ e do PIQPCTAF, reconhecendo que o maior desafio para os Povos Indígenas em Contexto Urbano era a falta de território demarcado. Dividiu os participantes em três grupos para discutirem como poderiam participar do programa JREDD+ mesmo sem possuir território oficial.

Após o trabalho em grupos, Tiago (Equipe/Moderador) convidou os representantes a apresentarem suas conclusões:

Neuryson (Participante Atikum) sugeriu que a melhor forma seria atuar como mediador, apresentando as propostas do JREDD+ para outros membros de sua comunidade.

Elvio (Participante Pankararu) relatou a discussão do grupo sobre a representatividade indígena, expressando preocupação com a predominância de não-indígenas na equipe. Argumentou que não precisavam mais de interlocutores e avaliou o programa questionando a necessidade de maior presença indígena. Destacou a importância de mais conhecimento e informação transparente dentro dos territórios e questionou como falar de preservação territorial sem territórios demarcados, enfatizando que essa discussão precisava ser levada ao estado.

Iracema (Participante Tuxá) compartilhou que era sua primeira participação, mas que tinha interesse pelos assuntos e debates da oficina. Afirmou que se incluem no JREDD+ Jurisdicional e podem levar suas demandas e causas ao estado, exigindo assistência e encaminhamentos. Mencionou um documento enviado à FUNAI em 2020, assinado por todos, que não recebeu resposta ou encaminhamento. Falou sobre o cultivo de mudas que realizam pensando no futuro reflorestamento de suas terras quando forem demarcadas, destacando seu apreço particular por ipês.

Dinâmica sobre o JREDD+ e mudanças climáticas

Rose (Ponto Focal/Estado) agradeceu as apresentações dos grupos e, com a chegada dos novos participantes que não estavam presentes no dia anterior, reintroduziu o tema do JREDD+ como política pública, comparando-o novamente com o SUS para facilitar a compreensão de todos. Em seguida, perguntou aos participantes quais mudanças eles já haviam percebido e se conheciam o conceito de créditos de carbono.

Amancio (Cacique Tuxá) compartilhou observações sobre mudanças ambientais, relatando que chegaram à Ilha do Bananal na década de 1970, quando o ambiente era muito diferente. Naquela época, as bananeiras produziam vários cachos e não precisavam cultivar batatas, pois havia fartura de alimentos durante todo o ano. Contrasta com a situação atual, onde mesmo plantando e cuidando,

está difícil colher, e em certos períodos nem conseguem tomar banho no rio Javaé devido às altas temperaturas.

Rose (consultora Tocar) organizou uma dinâmica para ilustrar os diversos atores envolvidos no programa JREDD+. Convidou Márcio (Participante Tuxá) para representar o Governador (Estado), Maiara (Participante Apurinã) para representar a Mãe Terra, Lessandro (Participante Apurinã) como agricultor familiar, Ana Paula (Participante Tuxá) como pecuarista, Lorryne (Participante Atikum) representando quilombolas e Povos tradicionais, e Márcio (Participante Atikum) representando os povos indígenas. Explicou que todos esses personagens compõem o JREDD+ e vivem da terra. Convidou Daniel (Participante Atikum) representando grandes indústrias petrolíferas e Genildo (Cacique Pankararu) como representante da indústria têxtil. Através dessa encenação, demonstrou como as indústrias foram pressionando o planeta, causando aquecimento, e como o estado percebeu a necessidade de agir, propondo parcerias com todos os setores para aplicar políticas públicas que reduzissem emissões, desmatamento e degradação. Explicou que um comitê formado por 170 países criou uma fórmula para calcular emissões, identificando o carbono como o gás mais prejudicial ao planeta. Demonstrou a importância das árvores, que captam o carbono e o transformam em oxigênio.

Fábio (Ponto Focal do Estado) mencionou que os ipês estocam três milhões de toneladas de gás carbônico.

Rose (consultora Tocar) explicou o conceito de crédito de carbono: uma tonelada de gás de efeito estufa equivale a um crédito. Informou que entre 2015 e 2019, o estado do Tocantins produziu 200 milhões de toneladas de gases de efeito estufa, mas que nos anos seguintes (2020-2024) reduziu 100 milhões dessas emissões. Explicou que o mercado de carbono começa nessa redução, e o JREDD+ propõe que todos participem do programa para manter essa diminuição.

Em seguida, os grupos formados anteriormente foram convidados a responder:

Como podem contribuir para a redução do desmatamento, considerando diferentes perspectivas (pecuaristas, indígenas e agricultores familiares)?

As respostas foram:

Pecuaristas (Neuryson Atikum):

- Manutenção da reserva legal
- Confinamento do gado bovino
- Intensificação sustentável da produção
- Contratar tecnologias para monitoramento.

Agricultores familiares (Grupo Elvio Pankararu):

- Apoio à agricultura sustentável
- Maior fiscalização ambiental
- Apoio dos órgãos estaduais e federais
- Incentivo a financiamentos para a agricultura familiar, como o Pronaf Indígenas

(Grupo Iracema Tuxá):

- Divulgação de conhecimentos para aqueles que não têm acesso às informações sobre o JREDD+
- Participação nas políticas de proteção do meio ambiente
- Monitoramento do agronegócio, agricultores e pecuaristas
- Fiscalização para proteção dos territórios
- Reflorestamento dos territórios

- Monitoramento das nascentes dos rios

Marquinhos Karajá (Xambioá/ Presidente da ARPIT) parabenizou os grupos e destacou a importância de pesquisar o aquecimento dos rios, o cuidado com a mata ciliar e o combate ao assoreamento. Enfatizou a relevância de estudos aprofundados e a acessibilidade a essas pesquisas, bem como a importância do programa JREDD+ para abordar questões ambientais com responsabilidade. Sugeriu maior rigor na aplicação de multas a grandes empresários que desmatam e contribuem para as queimadas.

Perguntas e respostas

Abriu-se um espaço para perguntas e comentários:

Maiara (Participante Apurinã) comentou sobre a poluição, mencionando que as pessoas descartam muito lixo no chão, nas praias e nas aldeias, o que também gera doenças.

Fábio (Ponto focal/Estado) sugeriu que essa questão poderia ser fortalecida e registrada na sementeira de ideias, como por exemplo, iniciativas de coleta de lixo.

Elvio (Participante Pankararu) questionou sobre as responsabilidades do Estado dentro do JREDD+ e como poderiam ser equiparadas às dos povos indígenas, quilombolas e agricultores, especialmente considerando a repartição de benefícios. Perguntou por que o Estado receberia mais benefícios enquanto as comunidades tradicionais dividiram um valor menor.

Rose (consultora Tocar) respondeu destacando a diferença entre igualdade e equidade, argumentando que esses povos são realmente diferentes e merecem tratamento diferenciado. Explicou a necessidade de povos indígenas envolvidos no cuidado com o JREDD+ e como o Estado garantiria direitos além de cobrar deveres. Mencionou que a governança do programa seria o espaço para tratar todos os assuntos de forma igualitária e que a repartição de benefícios também seria discutida com base na equidade. Reforçou que o JREDD+ é um "financiamento ponte", ou seja, não resolveria todos os problemas territoriais, mas ofereceria possibilidades de mudança.

Márcio (Cacique Atikum) perguntou qual seria a necessidade da presença dos povos sem território na oficina e se o JREDD+ poderia contratar indígenas em contexto urbano para atividades de fiscalização.

Fábio (Ponto focal do Estado) confirmou que o JREDD+ poderia contribuir para a reserva legal como forma de ação.

Maiara (Participante Apurinã) relatou problemas de acesso à saúde devido à xenofobia por não terem terra demarcada.

Marquinho Karajá (Xambioá/ Presidente da ARPIT) enfatizou que "o indígena não deixa de ser indígena porque está em contexto urbano" e que o Estado tem responsabilidade de garantir que as políticas públicas alcancem essas populações.

Amâncio (Cacique Tuxá) questionou há quanto tempo existe o JREDD+ e quais mudanças concretas já ocorreram nos locais onde foi implementado.

Rose (consultora Tocar) informou que o primeiro JREDD+ jurisdicional completaria

15 anos em 2025, com o estado do Acre sendo pioneiro na captação de recursos. Mencionou que lá existe um processo de repartição de benefícios e ações em projetos, com resultados comprovados na redução do desmatamento.

Amancio (Cacique Tuxá) perguntou como eles se encaixam no programa sem território.

Rose (consultora Tocar) reconheceu que era sua primeira experiência trabalhando com povos indígenas em contexto urbano e afirmou que seriam eles mesmos a definir suas demandas e como desejam participar do JREDD+.

Iracema (Participante Tuxá) falou sobre a barragem de Itaparica, que forçou a saída de seu povo do território na Bahia, e reforçou a importância de terem seu próprio território para manterem suas práticas ancestrais.

Elvio (Participante Pankararu) solicitou que não fossem enquadrados genericamente como "povos tradicionais", mas especificamente como "povos indígenas", por uma questão de respeito à sua identidade.

Maiara (Participante Apurinã) perguntou se haveria projetos específicos para ajudar sua comunidade.

Rose (consultora Tocar) reiterou que o JREDD+ funciona como um "financiamento ponte" e que as demandas específicas seriam definidas pelos próprios participantes.

Após essas discussões, Rose (Ponto Focal/ Estado) convidou todos para uma foto oficial e liberou os participantes para o almoço (12h40).

Retorno da oficina no período da tarde

A oficina teve início no período da tarde, às 13 h e 40 min.

Rose (consultora Tocar) continuou conduzindo a oficina e questionou os participantes sobre o que mais os preocupava, com base em tudo o que havia sido discutido pela manhã. Solicitou que se juntassem em grupos novamente e listassem os medos, preocupações, incômodos e percepções de risco em relação às informações que já haviam sido repassadas.

Após os grupos discutirem a atividade proposta, Tiago (Equipe/Moderador) retomou a condução e solicitou que os grupos apresentassem os resultados das discussões.

O **Grupo 1** – expressou o medo de participar da consulta e, mesmo assim, não ver resultados concretos no futuro. Também demonstraram preocupação com a possibilidade de não terem representantes do próprio povo no JREDD+.

O **Grupo 2** – relatou o medo de não serem ouvidos durante o processo e nas ações do JREDD+. Demonstraram preocupação com a falta de uma comunicação efetiva entre o JREDD+ e os povos indígenas, além do receio de que as ações e discussões relacionadas ao programa não contribuam para o processo de demarcação de seus territórios. Outra preocupação apontada foi o risco de não serem reconhecidos pelo governo após o JREDD+, especialmente por estarem em contexto urbano. O grupo também teme não serem incluídos nas organizações e discussões sobre as próximas etapas do programa.

Além disso, expressaram o receio de que as memórias, contribuições e discussões realizadas durante o processo de consulta do JREDD+ sejam

esquecidas. Destacaram também a preocupação com a possibilidade de uso indevido dos dados e informações coletadas, caso sejam utilizados para finalidades diferentes daquelas previstas pelo programa.

O grupo completou dizendo que, atualmente, não há nenhum indígena contratado pelo programa, apesar de reconhecerem que têm plena capacidade para atuar em seus próprios territórios. Ressaltaram que deveriam estar envolvidos como articuladores e manifestaram o medo de não participarem das ações como técnicos, tampouco estarem inseridos no processo de construção do JREDD+.

Por fim, também expressaram o medo de serem negligenciados quanto à distribuição dos benefícios, enfatizando a importância de uma repartição justa dos recursos entre os povos indígenas e os demais grupos que vierem a ser beneficiados.

O **Grupo 3** – apontou que houve falta de transparência e de informações no processo de construção do JREDD+, especialmente em relação às etapas e ações futuras. Manifestaram preocupação de que o JREDD+ possa dificultar ou enfraquecer as lutas já existentes pela conquista e defesa dos territórios indígenas. Ressaltaram ainda a importância de que o JREDD+ não seja apenas uma política de governo, sujeita a mudanças de gestão, mas sim uma política de continuidade, com compromisso a longo prazo.

Na sequência, Rose (consultora Tocar) retomou a fala e destacou os desafios de se tratar do processo de construção de uma política pública como o JREDD+, enfatizando que é necessário cuidado e responsabilidade em cada etapa.

Salvaguardas

Em seguida, apresentou a temática das Salvaguardas, ressaltando que o JREDD+ deve seguir todas as suas premissas, mesmo que o programa ainda não esteja finalizado. Relembrou as leis que protegem os territórios dos povos indígenas e citou o exemplo do JREDD+ no Acre, que não realizou um processo de consulta com as comunidades da forma que o governo do Tocantins está fazendo. Destacou, no entanto, que o processo no Estado está buscando ir além, inserindo as comunidades desde a fase de construção, como forma de garantir os direitos dos povos indígenas. Explicou que as salvaguardas socioambientais são sete princípios internacionais as Salvaguardas de Cancún que servem para garantir que o programa faça o bem sem causar dano. No Tocantins, essas salvaguardas fazem parte do Programa Jurisdicional de REDD+ e funcionam como uma espécie de defesa, ou garantia: nenhuma ação pode ferir direitos. Em seguida, explicou quais são as 7 Salvaguardas de Cancún:

1. Coerência com os Objetivos dos Programas Florestais Nacionais e Internacionais — significa andar junto com as leis e políticas que já existem (como o Código Florestal).
2. Governança Florestal Transparente e Eficaz — é jogo aberto: decisões e informações à vista de todos, com canais para tirar dúvidas e prestação de contas do que foi feito e gasto.
3. Respeito pelos Conhecimentos e Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais — é valorizar saberes e modos de vida das comunidades e garantir consulta livre, prévia e informada (CLPI) antes de decidir o que fazer.

4. Participação Plena e Efetiva das Partes Interessadas — é participação de verdade: ouvir nos territórios, registrar o que foi combinado e abrir espaço em conselhos, oficinas e audiências para quem será impactado.
5. Promoção da Conservação das Florestas Naturais e da Diversidade Biológica — é cuidar da mata e dos bichos: não trocar floresta nativa por monocultura e, quando possível, recuperar áreas que precisam de atenção.
6. Minimização dos Riscos de Reversão — é não dar passo atrás: se houve melhora hoje, não pode piorar amanhã; quando houver problema (por exemplo, incêndio acidental), é importante prevenir e apoiar para manter o resultado.
7. Prevenção do Deslocamento de Emissões — é não empurrar o problema para o vizinho: reduzir o desmate aqui sem aumentar em outro estado.

Com isso, Rose reforçou que as salvaguardas protegem pessoas e território, dão segurança para o recurso chegar com transparência. Finaliza essa parte, enfatizando a importância das salvaguardas, ressaltando que cada uma abrange e forneceu exemplos do que é válido e do que não é.

Fábia (Ponto Focal/Estado) foi convidada a falar sobre os canais de informação utilizados para divulgar o JREDD+. Ela destacou que a transparência é um aspecto crucial do processo. Apresentou o site do governo, onde são explicadas as temáticas relacionadas ao programa, sua estrutura e as ações em andamento. Também mencionou que a ouvidoria está ativa, permitindo que as pessoas façam reclamações, sugestões ou elogios.

Márcio (Cacique Atikum) pediu a palavra e afirmou que gostaria de saber como as associações poderiam apoiar os povos que não possuem terras.

Rose (consultora Tocar) respondeu que a questão dele era importante, mas que seria respondida ao longo da oficina. Continuou sugerindo que os participantes fizessem perguntas sobre o que já havia sido informado até aquele momento.

Maria (Participante Atikum) pediu a palavra e falou sobre as plantas nativas, destacando sua importância para a produção de artesanatos, alimentação dos animais na natureza e sua permanência, mesmo quando a matéria-prima é retirada para a produção de produtos ou alimentos.

Elvio (Participante Pankararu) perguntou por que, do ponto de vista deles, não se sentem incluídos no programa, já que ele ainda está sendo realizado.

Rose (consultora Tocar) em resposta disse que o processo ainda é uma história em construção, mas garantiu que, se for necessário voltar atrás para resolver qualquer questão, o farão. Ela relembrou a linha do tempo do JREDD+ no Tocantins, iniciada em 2008, quando começaram as discussões sobre mudanças climáticas, mas destacou que o governo brasileiro deu o primeiro passo apenas em 2015. Frisou que os resultados das oficinas serão disponibilizados para consulta de todos em um site, que ficará acessível por um período. Reforçou também o compromisso de que esse programa é de Estado, não de governo, e que deve continuar, mesmo que o governador atual não seja reeleito, pois o programa pertence a todos.

Amâncio (Cacique Tuxá) perguntou como seu povo será incluído na política do JREDD+, considerando que não possuem território e estão em contexto urbano.

Demonstrou preocupação de que, após tudo o que for discutido e construído, suas contribuições acabem sendo perdidas.

Em resposta, Rose (consultora Tocar) questionou qual seria o sentido de estarem reunidos naquele momento realizando a consulta, se eles não fossem parte fundamental do programa. Afirmou que são eles que devem indicar quais benefícios necessitam dentro do JREDD+.

Maiara (participante Apurinã) afirmou que os povos indígenas são a força do processo e destacou ter entendido a importância da reunião para a construção coletiva. Contou que essa foi a primeira vez que participou de uma atividade como essa e expressou confiança de que o Estado iria lutar pelos direitos dos indígenas. Ressaltou ainda que tudo isso faz parte de uma caminhada, que ainda está em construção.

Amâncio (Cacique Tuxá) comentou que soube da realização de um curso de formação sobre o JREDD+ em Palmas, mas que seu grupo não foi convidado e acabou ficando de fora. Questionou se a exclusão se deu pelo fato de não possuírem território.

Rose (consultora Tocar) confirmou que realmente houve um curso de formação sobre o JREDD+ em Palmas, mas esclareceu que esse foi apenas um dos processos formativos e que outras formações ainda serão realizadas.

Genildo (Cacique Pankararu) pediu a palavra e expressou o desejo de que tudo o que foi discutido durante a formação tenha continuidade na fase de construção, e que as ideias apresentadas sejam efetivamente consideradas e seguidas.

Repartição de Benefícios

Rose (consultora Tocar) afirmou que todos os participantes são partes envolvidas no processo. Em seguida, abordou o tema da repartição de benefícios e informou sobre a distribuição das porcentagens que serão destinadas a cada grupo de interesse do JREDD+. Disse que serão 25% para atender coletivamente os grupos que integram a sigla PIQPCTAF (Povos Indígenas e Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares), além de 25% destinados a beneficiar pequenos, médio e grandes produtores rurais com ações coletivas. Os outros 50% serão destinados ao estado, e, explicou que o governo também tem o papel de fiscalizar.

Rose (consultora Tocar) citou os órgãos responsáveis por essa fiscalização, como o Naturatins, além de instituições que oferecem apoio técnico e atuam na garantia de direitos, como a SEPOT e o Ruraltins. Ela também apresentou exemplos das ações que serão custeadas com a parte dos recursos que ficará sob a responsabilidade do governo.

Genildo (Cacique Pankararu) afirmou que a divisão dos benefícios não está justa, pois são os povos indígenas que preservam o meio ambiente, enquanto o agronegócio desmata em grande escala.

Em resposta, Rose (consultora Tocar) afirmou que o desmatamento está sendo realizado por aqueles que possuem licença ambiental para desmatar, embora também haja aqueles que o fazem de maneira ilegal.

Elvio (Participante Pankararu) questionou se os 50% destinados ao estado também incluem ações e benefícios para os territórios indígenas.

Rose (consultora Tocar) afirmou que estava totalmente incluído.

Élvio (Participante Pankararu) pediu a palavra novamente e questionou sobre a fiscalização, que já deve ser realizada pelo estado, mas que, ainda assim, será incluída na porcentagem destinada ao governo.

Em seguida, Rose (consultora Tocar) afirmou que o orçamento público é mínimo, e que o recurso do JREDD+ que chegará ao estado será utilizado para atender às demandas dos órgãos públicos envolvidos no processo, o que inclui aqueles que fazem parte do JREDD+.

Élvio (Participante Pankararu) novamente afirmou que a porcentagem destinada ao governo é muito alta e que os 25% destinados a eles não é um valor justo.

Neuryson (Participante Atikum) pediu a palavra e questionou por que os agricultores estão incluídos na repartição de benefícios, já que é obrigação deles manter uma parte preservada.

Rose (consultora Tocar) afirmou que os agricultores realmente precisam manter uma parte preservada, mas destacou que o benefício não será destinado ao CPF de ninguém, e sim para atender às demandas coletivas da sociedade, por isso, receberão os recursos em contas de associações que atendam o coletivo.

Amâncio (Cacique Tuxá) pediu a palavra e afirmou que são eles que levarão as necessidades da aldeia para serem atendidas.

Maiara (Participante Apurinã) contribuiu dizendo que o que falta para os indígenas é acesso ao conhecimento e oportunidades. Comentou que, muitas vezes, eles não ficam sabendo de informações que são do seu interesse e, por isso, acabam não participando das discussões que estão acontecendo.

Em seguida, Rose (consultora Tocar) continuou informando que é necessário realizar reflorestamento e manejo para garantir a continuidade da preservação. Destacou que este é o momento para que os interessados compreendam as propostas e reforçou a importância das oficinas, pois são espaços coletivos de participação. Explicou que o Estado não proíbe que os grupos PIQPCTAF façam JREDD+ privado, no entanto, para integrar o JREDD+ jurisdicional, é necessário realizar cálculos específicos para definir o que pode ser incluído, já que uma mesma área não pode ser contabilizada duas vezes para o programa privado em público simultaneamente. Acrescentou que esse cálculo de preservação é feito anualmente.

Élvio (Participante Pankararu) pediu a palavra e questionou se os grandes produtores rurais continuarão desmatando, observando que as maiores áreas de floresta preservada estão justamente em territórios indígenas demarcados. Destacou que os grandes produtores já têm, por obrigação legal, que manter parte de suas propriedades preservadas. Ele afirmou que a proposta de repartição de benefícios do JREDD+ está equivocada, pois, segundo ele, são esses grandes produtores os responsáveis pela redução das áreas de floresta e por grande parte do desmatamento, o que torna injusta a porcentagem destinada ao governo.

Rose (consultora Tocar) continuou dizendo que é possível que o JREDD+ não funcione como esperado, no entanto, se isso acontecer, o programa não receberá recursos.

Daniel (Participante Atikum) questionou como é feito o cálculo de carbono em uma determinada área.

Fábio (Ponto Focal do Estado) explicou que existe um mapa nacional de cálculo de carbono, do qual o Estado recorta a parte correspondente ao território do Tocantins para realizar suas análises.

Caio (Participante Pankararu) comentou que o JREDD+ poderia ter uma forma mais abrangente de atuação, destacando que muitas empresas que contribuíram para a destruição ambiental agora querem compensar seus impactos.

Rose (consultora Tocar) afirmou que as empresas interessadas em comprar créditos de carbono precisam ver que o Estado está cumprindo as salvaguardas e respeitando os direitos. Reforçou que a política do JREDD+ deve ser benéfica para todos e atender também às futuras gerações.

Genildo (Cacique Pankararu) pediu a palavra e afirmou que o melhor para eles seria que o governo utilizasse os recursos que chegarão para demarcar suas terras, já que são eles os responsáveis por preservar as florestas.

Rose (consultora Tocar) retomou a fala e convidou a todos para fazer uma pausa e aproveitar o lanche que estava sendo servido em homenagem às mães, às 16h.

Identificação de ações importantes

Após o retorno do lanche, às 16h20

Rose (consultora Tocar) continuou a dinâmica e retomou a explicação sobre as ações que os grupos indígenas gostariam que fossem atendidas com os recursos que chegarão.

Benito (Plantuc) pediu a palavra e explicou que os grupos tinham à disposição mesas e papéis para escrever o que desejavam que fosse feito com os recursos do JREDD+. Foi concedido o tempo de uma hora para que os grupos discutissem suas ações.

Após as discussões, Tiago (Equipe/Moderador) retomou a palavra e pediu que alguém de cada grupo representasse a todos e lesse as propostas em nome do grupo.

O **Grupo 1** solicitou a aquisição de materiais, aquisição de terras, a construção de um galpão para produção de artesanatos sustentáveis, além de cursos, oficinas e a aquisição de transporte.

O **Grupo 2** solicitou território próprio para o povo Atikum, poços artesianos, energia solar, avicultura e piscicultura, unidade de saúde (UBS) própria para indígenas para evitar preconceitos, hortas, berçários indígenas, internet, laboratório de informática, cursos profissionalizantes, escolas para indígenas, oficinas de artesanato, prédios para a associação e servidores para auxiliar na manutenção da associação.

O **Grupo 3** solicitou a demarcação de terras indígenas, fiscalização, criação de cooperativa, terra para o cultivo de mandioca, milho e horta comunitária, sistemas agroflorestais, cultivo de cebola, plantio de banana, canavial, projetos de reflorestamento, ovinocultura, espaço para apicultura, projeto de avicultura, criação de porcos, oficina de artesanato, oficina de cerâmica e incentivo ao turismo na comunidade.

Após esse momento, Tiago (Equipe/Moderador) retomou a palavra e explicou as demandas por categorias.

Governança

Rose (consultora Tocar) continuou falando sobre a governança e a necessidade de escolher um representante para participar da audiência pública. Explicou que esse representante precisa ser uma organização estadual que represente todos os povos indígenas. Destacou que não poderia ser uma associação, por ter uma conotação mais individual de um povo específico, nem um instituto, por não ter a função de representação. Informou que, no Tocantins, a organização reconhecida pelo movimento nacional dos povos indígenas é a ARPIT (Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins), que articula e representa todos os povos indígenas do estado. Por solicitação da FUNAI, a ARPIT dará apoio nesse processo de governança no âmbito do JREDD+.

Amâncio (Cacique Tuxá) e Iracema (Participante Tuxá) disseram que não tinham conhecimento sobre a ARPIT e que só ficaram sabendo da sua existência durante a oficina.

Rose (consultora Tocar) explicou que Marquinhos Karajá (Xambioá/ Presidente da ARPIT) já havia apresentado pela manhã o que é a ARPIT, destacando que se trata de uma organização com representação estadual e nacional. No entanto, reconheceu, com base nos questionamentos dos participantes, que a ARPIT precisa fortalecer sua atuação institucional junto aos povos indígenas e estar mais próxima para debater assuntos de interesse coletivo. Acrescentou que, no momento, a ARPIT é a única organização disponível para exercer essa representação e questionou se alguém era contrário à sua indicação como representante.

Amâncio (Cacique Tuxá) declarou que não concorda com a escolha da ARPIT como representante de seu povo, relatando que nunca havia ouvido falar dessa entidade articuladora.

Rose (consultora Tocar) sugeriu que Amâncio poderia se manifestar por meio da ouvidoria e solicitar mais informações sobre a ARPIT.

Genildo (Cacique Pankararu) afirmou que todos os povos indígenas podem fazer parte da ARPIT e participar de suas reuniões, ressaltando que a organização articula com todos os povos indígenas do estado.

Rose (consultora Tocar) solicitou que fosse registrado que o presidente da ARPIT, Marquinhos Karajá (Xambioá), precisa se aproximar dos povos Atikum, Pankararu, Tuxá e Apurinã para dialogar e refletir sobre o papel da ARPIT enquanto entidade de representação. Na continuidade, informou sobre os critérios necessários para que alguém participe oficialmente da audiência pública representando os povos indígenas. Destacou que é fundamental que o representante tenha tempo disponível, dedicação, compromisso e senso de responsabilidade.

Genildo (Cacique Pankararu) afirmou que considera pequena a quantidade de pessoas designadas para representá-los e defendeu a necessidade de mais indígenas na representação. Ressaltou que quem estiver à frente desse processo precisa ter conhecimento, responsabilidade e disposição para buscar informações em nome do povo.

Rose (consultora Tocar) informou que a quantidade de representantes foi uma orientação da FUNAI, mas que a solicitação feita pelos participantes seria registrada. No entanto, ressaltou que dois representantes precisam ser definidos

naquele momento e que, caso o pedido por mais representantes fosse atendido, eles seriam informados durante a reunião de consolidação, que tratará dos resultados das oficinas com a comunidade indígena.

Elvio (Participante Pankararu) afirmou que é importante que sejam os próprios povos indígenas a definir a quantidade de representantes, e não a FUNAI, pois são eles que conhecem suas reais necessidades.

Maiara (Participante Apurinã) perguntou se os representantes iriam representar todas as etnias presentes. Rose (Ponto Focal/Estado) respondeu que sim.

Rose (consultora Tocar) disse que todos da equipe de credenciados e representantes do estado que estavam no plenário, sairiam para que os participantes decidissem quem seriam os representantes.

Elvio (Participante Pankararu) pediu a fala e afirmou que, nas próximas decisões sobre representantes, a escolha não deve partir da FUNAI, mas sim das comunidades existentes. Ressaltou que não deve haver oposição a essa questão, pois o órgão ainda não tem representado efetivamente as comunidades até o momento, e que isso precisa ficar bem claro.

Após a deliberação dos participantes indígenas, foram escolhidos Genildo (Cacique Pankararu) e Lorryne (Participante Atikum) como representantes para participarem da audiência pública.

Iracema (Participante Tuxá) afirmou que gostaria de deixar registrado que valoriza a honestidade e não gosta de ser enganada. Disse que não sabia que teria que escolher um representante por meio de votação, e que o povo Tuxá não estava ciente disso. Relatou que veio de longe e não foi informada sobre o processo. Expressou indignação com a escolha do representante, pois não houve a devida comunicação e informação para sua etnia.

Benito (Plantuc) pediu a palavra após a fala da Iracema e registrou que no início da oficina na sexta bem como ao início no sábado de manhã, foi apresentado por ele todo o fluxo lógico da oficina explicando detalhadamente todo o conteúdo que seria compartilhado pelo Estado com apoio dos moderadores e, principalmente, destacou que haveria a construção participativa com as etnias representantes dos povos indígenas em contexto urbano de ações para o programa JREDD+ bem como indicações de representantes e entidade. Além disso, durante estas explicações o facilitador gráfico produziu um cartaz que foi afixado na parede da oficina e lá permaneceu durante toda o trabalho onde estavam ilustrados os objetivos da oficina e do programa JREDD+ bem com que haveria a necessidade das indicações de representantes e da entidade e mostrou o cartaz que estava afixado na parede.

Encerramento e Agradecimentos

Lorryne (Participante Atikum) fez leitura da ajuda memória sobre a oficina do JREDD+ ocorrida em Gurupi – TO, resumindo tudo o que foi discutido e as demandas que os participantes desejam que sejam atendidas.

Rose (consultora Tocar) agradeceu a todos pela presença, o Benito (Plantuc) e a Alana (Equipe/relatadora) entregaram os certificados aos participantes. A reunião foi finalizada às 20h e 15min.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

- Demarcação de terras para povos indígenas em contexto urbano
- Projetos de sustentabilidade ambiental (reflorestamento, sistemas agroflorestais)
- Apoio à agricultura familiar e práticas tradicionais
- Infraestrutura básica (água, energia solar, transporte)
- Espaços para valorização cultural e produção de artesanato
- Educação diferenciada e acesso à capacitação profissional Inclusão digital e acesso à tecnologia
- Saúde indígena culturalmente adequada
- Fortalecimento institucional das associações indígenas

REPRESENTANTES INDICADOS PARA A OFICINA PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PALMAS

- Genildo (Cacique Pankararu)
- Lorryne (Participante Atikum)

O processo de escolha dos representantes gerou intenso debate entre os participantes. O povo Tuxá manifestou insatisfação quanto à limitação do número de representantes, argumentando que apenas duas pessoas não seriam suficientes para representar adequadamente a diversidade e as necessidades específicas de todas as comunidades presentes. Durante a discussão, vários membros da comunidade Tuxá expressaram que não se sentiam devidamente contemplados no processo de representação.

Após extenso diálogo e negociações, os participantes chegaram a um consenso sobre os nomes indicados, embora a comunidade Tuxá tenha registrado formalmente sua insatisfação com o modelo de representação imposto. Ficou acordado que, apesar de aceitarem a configuração atual por necessidade do processo, reivindicam que em futuras ocasiões as próprias comunidades tenham autonomia para definir o número e os critérios de escolha de seus representantes, sem limitações determinadas pela FUNAI ou outros órgãos externos.

Avaliações e resultados da oficina

A oficina promoveu um diálogo significativo entre povos indígenas em contexto urbano e representantes do Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins. As discussões evidenciaram a complexidade da situação dos povos sem território demarcado e sua relação com políticas ambientais. Houve consenso sobre a necessidade de maior participação indígena na construção e implementação do programa, além da urgência em considerar a questão territorial como fundamental para a preservação cultural e ambiental. Os principais dissensos ocorreram em relação à repartição de benefícios e à representatividade na governança do programa. Foram encaminhadas propostas concretas de ações prioritárias e demandas específicas das comunidades, além da seleção de representantes para a audiência pública, apesar das controvérsias sobre o processo de escolha.

REGISTRO FOTOGRÁFICO

Apresentação lideranças	Dinâmica o que é efeito estufa

Representantes escolhidos	Leitura ajuda memória

Assinatura ajuda memória	Entrega certificados

